



## **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA**

### **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018**

A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, com sede na Avenida Frederico Pontes, s/n Comércio na Cidade de Salvador/Ba inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0006-56, neste ato representado pelo Sr. RAILTON LOPES DOS SANTOS nomeado pela Portaria nº 39, publicada em 15/02/2017, matrícula nº 2129793, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 20/2018, publicada no D.O.U. de 26/11/2018, processo administrativo nº 10580.100638/2018-57, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1.0 DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços, nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados nos itens do Termo de Referência, anexo II do edital de *Pregão* nº 20/2018, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### **2.0 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.2 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com características de

compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação.

**Parágrafo Primeiro** – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo Segundo** – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR REGISTRADO assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**Parágrafo Terceiro** – A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e competente Autorização de Material, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação da CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Material, estará caracterizado o compromisso de entrega do material e confecção dos demais serviços.

**Parágrafo Quinto** – A existência de preços registrados não obriga a SAMF/BA a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

Os preços, expressos em Real, de R\$ 2.288.702,00 (Dois milhões, duzentos e oitenta e oito mil, setecentos e dois reais), serão fixos e irrevogáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65,



da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**Parágrafo Segundo** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Terceiro** – Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo Quinto** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

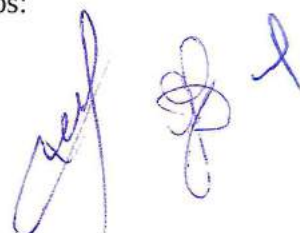
I – Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

II – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo Sexto** – Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLAÚSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

Os bens móveis deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, conforme o item 6 do Termo de Referência, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho e/ou Ofício nos locais abaixo discriminados:

Three handwritten signatures in blue ink, likely representing the contracting parties, are located at the bottom right of the page.

– Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302-Salvador/Ba;

– Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador/Ba;

– Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador/Ba;

– Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador/Ba;

– Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Câmara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;

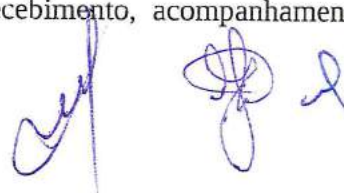
Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista/Ba;

**Parágrafo Único** – O pedido de extensão do prazo de entrega deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela SAMF/BA.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O recebimento dos materiais ficará a cargo da DRL/SAMF/BA, e quando necessário, pela Comissão de Recebimento de Materiais, designada nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – Os responsáveis pelos setores Administrativos na Unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados serão previamente designados para o recebimento, acompanhamento e



conferência dos materiais a serem entregues.

**Parágrafo Segundo** – A aceitação/aprovação final dos materiais recebidos estará condicionada a exame qualitativo a ser realizado por servidor público previamente designado e/ou Comissão de Recebimento, que efetuarão o recebimento provisoriamente e definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro** – O(s) material(ais) serão recebidos da seguinte forma:

**1. Provisoriamente**, até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento do(s) material(ais) emitida pela SAMF/BA, prazo este em que a Contratada deverá entregar o material, bem como será aferido, por servidor e/ou comissão de recebimento, a conformidade destes com as especificações constantes na proposta da Contratada, referente à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, especificações mínimas constantes do Edital e seus anexos, bem como da Nota de Empenho.

1.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento provisório.

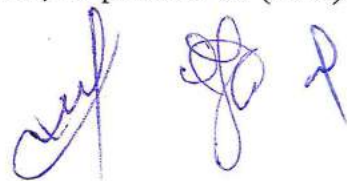
**2. Definitivamente**, depois de aferido o cumprimento integral, pela Contratada, das exigências constantes do Edital e anexos, e em especial quanto à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, e obediência às especificações técnicas mínimas constantes do Item 6.0, do Termo de Referência, bem como da proposta da Contratada e da Nota Empenho.

Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento definitivo e no prazo de até 10 (dez) dias corridos, o atesto da Nota Fiscal/Fatura, com vistas à liquidação e pagamento.

**Parágrafo Quarto** – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da adjudicatária;

**Parágrafo Quinto** – Caso, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com as especificações mínimas exigidas pelo Edital e seus anexos e com a proposta da Contratada, a empresa será notificada por ofício ficando interrompidos os prazos para o recebimento e o pagamento ficará suspenso até que a falha seja sanada.

**Parágrafo Sexto** – Em caso de equipamento/material em desconformidade com o especificado ou com defeito, estes deverão ser substituídos, a expensas da Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias



corridos, contados a partir da assinatura do Termo de Recusa do Material.

## **CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de **5 (cinco) dias**, conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no presente Termo de Referência;

O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

**Parágrafo Primeiro** – A SAMF/BA reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

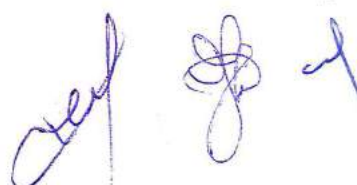
**Parágrafo Segundo** – A SAMF/BA poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa, nos termos desta contratação.

**Parágrafo Terceiro** – O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data da liquidação da Unidade.

**Parágrafo Quarto** – Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA – SAMF/BA, CNPJ sob o nº 00.394.460/0006-56, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

**Parágrafo Quinto** – Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**Parágrafo Sexto** – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido ao contratado e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer



ônus a SAMF/BA.

**Parágrafo Sétimo** – O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pelo contratado, todas as condições estabelecidas neste Edital, e também com a efetiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** – É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço mensal bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

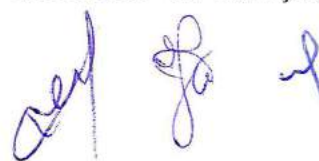
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo Nono** – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

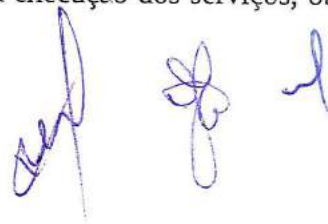
#### **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA**

1. Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em



conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;

2. Fornece e instalar os materiais nas condições estipuladas no Termo de Referência (Anexo I);
3. Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;
4. Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à SAMF/BA, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;
5. Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
6. Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência.
7. Possibilitar à SAMF/BA, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;
8. Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à SAMF/BA minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;
9. Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de carácter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela SAMF/BA;
10. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da SAMF/BA, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto do Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;



11. Substituir, sempre que exigida pela SAMF/BA e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;

12. Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da SAMF/BA e de segurança do trabalho;

13. Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;

14. Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos da SAMF/BA e Órgãos

Jurisdicionados podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;

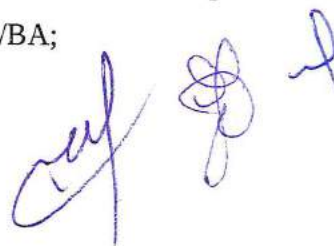
15. Responder pelos danos causados diretamente à MF/BA e Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela SAMF/BA;

16. Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da SAMF/BA. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

17. Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;

18. A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (layout) apresentado pela SAMF/BA, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;

19. Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela SAMF/BA;



20. A SAMF/BA solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e

21. A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.

22. A empresa deverá prestar serviços na SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados

23. A empresa deverá prestar serviços nas unidades elencadas no Anexo II, deste Termo, bem como nas novas unidades que, porventura, venham a serem criadas no transcorrer do contrato.

24. A Licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustadas os documentos relacionados abaixo:

24.1. Declarações de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

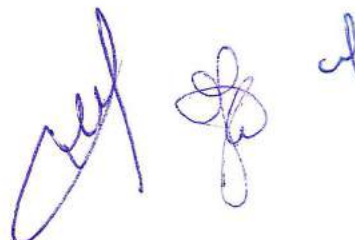
24.2. Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

#### **CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, observadas as normas de segurança existentes;

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;

3. Cabe à SAMF/BA a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;



4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
5. Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e
6. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

As quantidades inicialmente contratadas não poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme estabelece o art. 12 §1º, do Decreto nº 7.892/2013.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado, que:

- I – Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- II – Apresentar documentação falsa;
- III – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- IV – Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;
- V – Comportar-se de modo inidôneo;
- VI – Cometer fraude fiscal;
- VII – Fizer declaração falsa;
- VIII – Ensejar o retardamento da execução do certame.

**Parágrafo Primeiro** – A licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e



criminal, às seguintes sanções:

**I** – Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**II** – Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

**III** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo Segundo** – Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

**I** – Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**II** – Apresentar documentação falsa;

**III** – Comportar-se de modo inidôneo;

**IV** – Cometer fraude fiscal;

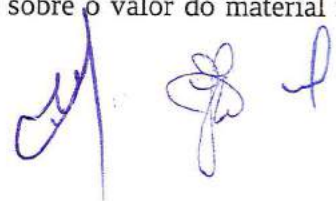
**V** – Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**I** – Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

**II** – Multa:

a. de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não



entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação oficial;

b. de até **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização pelos prejuízos porventura causados ao Contratante pela não execução parcial ou total do Contrato;

III Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SAMF/BA, pelo prazo de até dois anos;

IV – Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

V – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

VI – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. **Parágrafo Quarto** – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

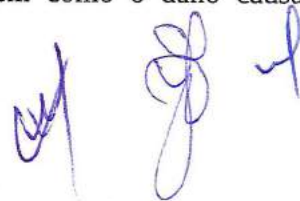
a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Quinto** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Parágrafo Sexto** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à



Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo Sétimo** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**Parágrafo Oitavo** – Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

**Parágrafo Nono** – A falha na execução do contrato prevista no inciso I do Parágrafo Segundo desta cláusula estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar em, pelo menos, uma das situações previstas na tabela 3 do item 21.6 do Termo de Referência, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:

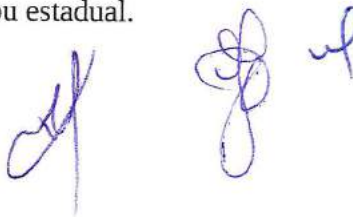
GRAU DE INFRAÇÃO	QUANTIDADES DE INFRAÇÕES DURANTE A CONTRATUAL	DE COMETIDAS A VIGÊNCIA
1	7 ou mais	
2	6 ou mais	
3	5 ou mais	
4	4 ou mais	
5	3 ou mais	
6	2 ou mais	

**Parágrafo Décimo** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS**

É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.



**Parágrafo Único** – É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II – Não retirar a respectiva nota de empenho e Autorização de Material, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Tiver presentes razões de interesse público.

**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia ou a ela provisionados, no exercício de 2018, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

**Parágrafo Único** – No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.



## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº 20/2018, o Termo de Referência, bem como a proposta da empresa vencedora do certame.

**Parágrafo Primeiro** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, com suas alterações.

**Parágrafo Segundo** – A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.

**Parágrafo Terceiro** – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Salvador/BA, Seção Judiciária de Salvador, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Salvador, BA, 30 de novembro de 2018.

  
RAILTON LOPES DOS SANTOS

Gerente Divisão de Recursos Logísticos

SAMF/BA

  
JAIR BIAGIO CANEVESE

Diretor

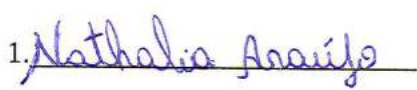
RG: 1008765396 SJS RS

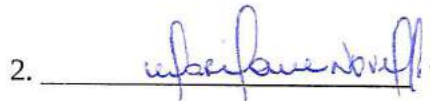
CPF: 257.777.930-53

MARCENARIA SULAR LTDA

CNPJ: 89.278.519/0001-40

TETEMUNHAS:

1. 

2. 

Nome:

Nome: Maxiane E. Novello

CPF: 864.538.295-41

CPF: 592.000.650-15

RG: 13.564.869-67

RG: 6053348261



**Ministério da Fazenda Secretaria-Executiva**  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração Superintendência de  
Administração na Bahia

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10580.100638/2018-57**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF/BA, por meio do Setor de Suprimentos – SISUP/DRL/SAMF/BA, sediada na Av. Jequitaia, s/n – Bairro Comércio – Salvador/BA realizará licitação para REGISTRO DE PREÇOS, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005; do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, do Decreto 2.271, de 7 de julho de 1997, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: **31/10/2018**

Horário: **10:00 horas.**

Local: Portal de Compras do Governo Federal –  
[www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

## **1. DO OBJETO**

**1.1.** O objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual contratação de serviços de confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

## **2. DO ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃOS PARTICIPANTES (item facultativo)**

**2.1.** O órgão gerenciador será a Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – SAMF/BA.

**2.2.** São participantes os seguintes órgãos:

**2.2.1.** Procuradoria da Fazenda Nacional na Bahia e Seccionais (Feira de Santana, Barreiras, Ilhéus, Vitória da Conquista)

**2.2.2.** CGU – Controladoria Geral da União

**2.2.3.** SPU/Ba Superintendência do Patrimônio da União na Bahia.

## **3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**3.1.** A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

**3.2.** Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.3.** As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

**3.4.** As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao (máximo quántuplo) do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

**3.5.** Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais,

em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**3.6.** Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

**3.6.1.** Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

#### **4. DO CREDENCIAMENTO**

- 4.1.** O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2.** O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), com a solicitação de “login” e senha pelo interessado.
- 4.3.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 4.4.** O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.5.** A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

#### **5. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.**

**5.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no §3º do artigo 8º da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2010.

##### **5.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:**

**5.2.1.** proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

**5.2.2.** estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**5.2.3.** que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

**5.2.4.** que estejam em processo de dissolução, falência, fusão, cisão ou incorporação;

**5.2.5.** entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

**5.2.6.** Cooperativas

**5.3.** Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

**5.3.1.** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

5.3.1.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

**5.3.2.** que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

**5.3.3.** que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

**5.3.4.** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

**5.3.5.** que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

**5.3.6.** que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

**5.3.7.** que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

## **6. DO ENVIO DA PROPOSTA**

**6.1.** O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

**6.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**6.3.** O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

**6.6.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**6.6.1.** Valor total global dos itens;

**6.6.2.** A Descrição detalhada do objeto, contendo, entre outras, as seguintes informações:

**6.7.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**6.8.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

**6.8.1.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, caso o previsto não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

**6.8.2.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de

adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea “b” do inciso I do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, nos termos do art. 63, §2º da IN 5/2017;

**6.9.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI, o licitante deverá incluir, no campo das condições da proposta do sistema eletrônico, o valor correspondente à contribuição prevista no art. 18-B da Lei Complementar n. 123, de 2006.

**6.10.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**

**7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**7.2.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as *especificações técnicas exigidas no Termo de Referência*.

**7.2.1.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**7.2.2.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**7.3.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**7.4.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**7.5.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**7.5.1.** O lance deverá ser ofertado pelo valor (total global conforme o caso)

**7.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**7.7.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 20 (vinte) segundos.

**7.7.1.** Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

**7.7.2.** Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

**7.8.** O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

**7.8.1.** O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos.

**7.9.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**7.10.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**7.11.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**7.12.** Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

**7.13.** O critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

**7.14.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

**7.15.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

**7.16.** Encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

**7.17.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**7.18.** A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**7.19.** Caso a microempresa, empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas, empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**7.20.** Só se aplica o sorteio quando houver empate entre as propostas e ausência de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

**7.21.** Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

**7.21.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

## **8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**8.1.** Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

**8.2.** Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

**8.2.1.** contenha vício insanável ou ilegalidade;

**8.2.2.** não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

**8.2.3.** apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**8.3.** Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que

**8.3.1.** comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**8.3.2.** apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

**8.4.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993, a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

**8.5.** Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

**8.6.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**8.7.** O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta.

**8.7.1.** O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

**8.8.** Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

**8.9.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

**8.10.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

**8.11.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço proposto.

**8.11.1.** Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

**8.12.** Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

**8.13.** Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**8.14.** O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

**8.14.1.** Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

**8.14.2.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**8.15.** Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do

empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## **9. DA HABILITAÇÃO**

**9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** SICAF;

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

**9.1.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

**9.1.4.** Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

**9.1.5.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**9.1.6.** Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2.** Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e Trabalhista, e à Qualificação Econômico-Financeira nas condições seguintes:

### **9.3. Habilitação jurídica:**

**9.3.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.3.2.** Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja

aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

**9.3.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**9.3.5.** No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, como determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

**9.3.6.** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**9.3.7.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

**9.3.8.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

#### **9.4. Regularidade fiscal e trabalhista:**

**9.4.1.** prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.4.2.** prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.4.3.** prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**9.4.4.** prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.4.5.** prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.4.6.** prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

**9.4.7.** caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

**9.4.8.** caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

## **9.5. Qualificação Econômico-Financeira:**

**9.5.1.** certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**9.5.2.** balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.5.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

**9.5.3.** comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não}} \quad \text{}$$

Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

**9.5.4.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**9.6.** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, da qualificação econômico-financeira e da habilitação jurídica, conforme o caso, poderá ser substituída pela consulta ao SICAF, nos casos em que a empresa estiver habilitada no referido sistema, conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

**9.6.1.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

**9.6.2.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

**9.6.3.** Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**9.6.3.1.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

9.6.3.2. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MP n. 5, de 2017.

9.6.3.3. Para a comprovação da experiência mínima de 3 (três) anos, será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os três anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6.3.4. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.6.3.5. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, devendo entregar, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

**9.7.** As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão apresentar ainda:

**9.7.1.** Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, caso exigida no Termo de Referência, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

OU

**9.7.2.** Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

9.8 O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.9 Os documentos exigidos para habilitações relacionadas nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no prazo de 02 (duas) horas, após solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio do e-mail [pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br](mailto:pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br). Posteriormente, os documentos serão remetidos em original, por qualquer processo de cópia reprográfica, autenticada por tabelião de notas, ou por servidor da Administração, desde que conferidos com o original, ou publicação em órgão da imprensa oficial, para análise, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), após encerrado o prazo para o encaminhamento via funcionalidade do sistema (upload), ou e-mail.

9.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9.2 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

9.10 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 48 (quarenta e oito horas), documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.11 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa, empresa de pequeno porte equiparada seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma

restrição no que tange à regularidade fiscal, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

9.15 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## **10.0 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

10.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

10.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar a Ata de Registro de Preços ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

10.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

10.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

10.2.2 A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA**

11.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, em conformidade com o modelo anexo a este instrumento convocatório.

11.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

## 12. DOS RECURSOS

12.1 O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no **mínimo trinta minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

12.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## 13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

14.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.3 O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

14.4 Será formalizada uma Ata de Registro de Preços para o registro do item constante no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

14.4.1 Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

## **15. GARANTIA DE EXECUÇÃO**

15.1 O adjudicatário, no prazo de 10 (dez) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Edital, conforme disposto no art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

15.1.1 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

15.1.2 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993;

15.2 A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme o item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

15.3 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

15.3.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;

15.3.2 prejuízos diretos causados à Administrações decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

15.3.3 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

15.3.4 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

15.4 A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

15.5 A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

15.6 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

15.7 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.

15.8 A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

15.9 Será considerada extinta a garantia:

15.9.1 com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

15.9.2 no prazo de 90 (noventa) após o término da vigência, caso a Contratante não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo

será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

16.1 Dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, o fornecedor registrado poderá ser convocado para assinar o Termo de Contrato ou aceitar/retirar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

16.3 Previamente à contratação, a Administração realizará consulta "on line" ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

16.3.1 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

16.4 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.5 O prazo previsto para assinatura ou aceite poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

16.6 Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

## **17. DO REAJUSTE**

17.1 O preço é fixo e irreajustável.

17.2 As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 7.892, de 2013.

## **18. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

18.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

19.1 As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

## **20. DO PAGAMENTO**

20.1 O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 ( trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

20.2 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento provisório e definitivo do serviço, nos seguintes termos:

20.3 No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

20.4 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, o fiscal técnico deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

20.5 No mesmo prazo, o fiscal ou equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

20.6 Em existindo fiscal setorial, este deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, no mesmo prazo.

20.7 No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento dos relatórios mencionados acima, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

20.8 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica, setorial, e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação

e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

20.9 Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

20.10 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

20.11 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

20.12 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no item 2 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017

20.13 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.14 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.15 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.16 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.17 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.18 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

20.19 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima

autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

20.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, quando couber:

20.20.1 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, exclusivamente para as atividades de prestação de serviços previstas no §5º-C, do artigo 18, da LC 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, observando-se as exceções nele previstas. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.20.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad \begin{array}{r} ( \quad 6 \quad / \\ I \quad 100 ) \\ = \quad 365 \end{array} \quad \begin{array}{l} I = 0,00016438 \\ TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\% \end{array}$$

## 21. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

21.1 Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

21.1.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

21.2 Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

21.3 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

## **22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1 não assinar a ata de registro de preços quando convocado dentro do prazo de validade da proposta ou não assinar o termo de contrato decorrente da ata de registro de preços;

22.1.2 apresentar documentação falsa;

22.1.3 deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4 ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.5 não mantiver a proposta;

22.1.6 cometer fraude fiscal;

22.1.7 comportar-se modo inidôneo.

22.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.3.1 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.3.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.4 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

22.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao

licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.6 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade,

22.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.8 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

## **23.DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

23.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br](mailto:pregoeiro.ba.samf@fazenda.gov.br) ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Jequitaia s/n-Bairro: Comércio – Ed. Sede MF/BA Salvador-Bahia. SISUP – 1º andar – sala 102.

23.3 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até vinte e quatro horas.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

24.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será

automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.2 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.3 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.10 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço, nos dias úteis, no horário das 8:30. horas às 17:00. horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.11 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

ANEXO III – Modelo de Termo de Vistoria; (quando for o caso)

ANEXO IV– Modelo de declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública;

Salvador, 18 de outubro de 2018

**Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro**  
**Superintendente de Administração SAMF/BA**



## TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I)

**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO**  
**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO NA BAHIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2018**  
**(Processo Administrativo n.º nº 10580.100638/2018-57)**

### 1.0 DO OBJETO

**1.1** Contratação de empresa especializada em confecção de divisórias, para elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	<i>Valor máximo</i>
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		

## **2.0 JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1 O crescimento do número de atividades desenvolvidas tem ocasionado aumento de demanda nas atividades administrativas exigindo a criação de novos espaços, bem como a necessidade de reestruturação do layout de alguns ambientes de trabalho no Edifício-Sede do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados.

A contratação do serviço visa viabilizar os projetos de adequação e modernização das instalações das edificações, concebidos com o propósito de proporcionar maior comodidade, funcionalidade aos servidores e usuários;

Considerando que a adequação dos ambientes de trabalho é dinâmica, tendo em vista o ingresso de novos servidores além do redimensionamento de áreas às demandas administrativas.

Pelo exposto considera-se necessário a instalação de divisórias com fito de dotar os espaços de flexibilidade no atendimento das demandas de acordo com o funcionamento da instituição.

As especificações e quantitativos que consubstanciam o referido Termo de Referência foram coletados no mercado após visitas de empresas especializadas no local, considerando a especificidade do objeto, além da ausência dos serviços em tabelas oficiais de custos.

## **3.0 DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

3.1 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 2.271, de 1997, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

3.2 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **4.0 FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

A execução dos serviços compreende:

4.1 Auxílio na elaboração dos projetos, confecção, instalação, desmontagem, remanejamento e manutenção de divisórias, incluindo os materiais necessários para a execução dos serviços.

4.2 Todos os componentes para execução dos serviços deverão ser de alta durabilidade e resistência, atendendo perfeitamente às exigências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, bem como

de fácil remanejamento, podendo ser removido a qualquer a qualquer tempo, inclusive mantendo as características das divisórias objetos dos contratos pretéritos;

4.3 A licitante deverá providenciar a desmontagem das divisórias independentemente da qualidade, marca ou se foi instalada por outrem.

## **5.0 INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA**

5.1 A empresa fornecedora dos materiais deverá seguir as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do presente Termo de Referência;

5.2 A licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustada os documentos relacionados abaixo:

5.2.1 Certificado de Conformidade com a NBR 15.141

5.2.2 Declaração de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

5.2.3 Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

5.3 Os materiais especificados neste Termo de Referência não excluem outros que, porventura, se façam necessários à boa execução dos serviços, obrigando-se a empresa contratada, executá-los prontamente, como parte integrante de suas obrigações;

5.4 As especificações dos materiais servem de base exclusiva em relação aos tipos e definição técnica a serem usados no local dos serviços e modo de instalação;

5.5 Cabe à empresa fornecedora avisar por escrito, após verificação das especificações constantes neste Termo de Referência, todos os erros incoerências ou divergências que possam ser levantadas através destas especificações, para que se tomem as devidas providências, não aceitando, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento de qualquer detalhe.

## **6.0 DAS QUANTIDADES ESTIMADAS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

6.1 Os quantitativos previstos abaixo são estimados, não havendo obrigação por parte da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia de sua execução na totalidade, devendo ser executados e entregues gradativamente, conforme o pedido efetuado por ordem de serviço, expedida à empresa fornecedora dos materiais pelo gestor do Contrato;

6.2 Os quantitativos abaixo servirão de base às empresas licitantes na formulação de sua proposta, devendo identificar os preços unitários, bem como o preço total para elaboração dos serviços, conforme consta abaixo:

Item	Descrição	Unid.	Quant./Valor
01	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória cego do piso-teto</b> com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com lamina- do melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 18 mm, bordas em fita de PVC de 2 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 4 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de presilha por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de saque frontal presilha macho em nylon 100% aparafusados nas placas e encaixados através de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superior para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> <li>– Laudo de ensaio de acústica 44Db</li> </ul>	M 2	300
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$347.068,00</b>
02	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória cego do piso-teto</b> com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com lamina-do melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 18 mm, bordas em fita de PVC de 2 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 4 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de presilha por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de saque frontal presilha macho em ny-</p>	M 2	240

	<p>lon 100% aparafusados nas placas e encaixados através de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8 mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superior para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> <li>– Laudo de ensaio de acústica para linha 44Db</li> </ul>		
<b>VALOR ETIMADO</b>			<b>R\$ 302.070,40</b>
03	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória vidro total único do piso-teto</b> com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulado na dimensão de 900 a 1200 mm. O quadro de vidro é composto por requadro com dois perfis de alumínio, um perfil de acabamento de medidas 60 x 44 mm e perfil de encaixe de vidro de medidas 43,5 x 44 mm x 6mm temperado ou laminado, cortados em suas extremidades em meia esquadria (45°) em máquinas de precisão, fechados por meio de cantoneira em peça de nylon de medidas 54,5 x 54,5 mm, além de perfil de policarbonato ou PVC incolor 10x11 mm, colocado em todo perímetro do requadro de alumínio para que não haja contato do vidro com o perfil de alumínio e outro perfil medindo 44 x 44mm para acabamento da face envidraçada. Painéis de vidro com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de presilha por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de saque frontal presilha macho em nylon 100% aparafusados nas placas e encaixados através de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superior para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> </ul>	M 2	260
<b>VALOR ETIMADO</b>			<b>R\$ 400.204,13</b>
04	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória vidro total duplo do piso-teto</b> com espessura de 90 a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulado na dimensão de 900 a 1200 mm. Pannel central em vidro duplo incolor laminado 3+3 mm de segurança, ou temperado 6 mm, requadros por sistema composto por dois perfis de alumínio, um perfil de acabamento de medidas 60 x 44 mm e perfil de encaixe de vidro de medidas 43,5 x 44 mm cortados em suas extremidades em meia esquadria (45°) em máquinas de precisão, fechados por meio de cantoneira em peça de nylon de medidas 54,5 x 54,5 mm, além de perfil de policarbonato ou</p>	M 2	280

	<p>PVC incolor 10 x 11 mm. Terá espaçamento entre painéis para entrada da persiana de alumínio 16 mm com encabeçamento interno acionado através de um comando giratório fixado no montante vertical entre um módulo e outro. Seu perfil deve possuir rebai-xo central, tendo a função do berço para acomodação das persianas. O saque de cada quadro será individual. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de sa-que frontal presilha macho em nylon 100% aparafusados nas placas e encaixados atra-vés de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodi-zado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimen-são de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, atra-vés de calha em chapa galvanizada 0,8mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, pos-sui abas superior para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associa-ção Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> <li>– Laudo de ensaio de acústica para linha 42Db</li> </ul>		
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 496.695,73</b>
05	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória 1/2 cego 1/2 vidro único</b> com requadro de alumínio e bandeira cega até o teto, com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm e altura de 2700 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 18 mm, bordas em fita de PVC de 2 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt. Distanciamento entre placas de 4 mm. Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de presilha por pressão. O quadro de vidro é composto por requadro com dois perfis de alumínio, um perfil de acabamento de medidas 60 x 44 mm e perfil de encaixe de vidro de medidas 43,5 x 44 mm x 6mm temperado ou laminado, cortados em suas extremidades em meia esquadria (45°) em máquinas de precisão, fechados por meio de cantoneira em peça de nylon de medidas 54,5 x 54,5 mm, além de perfil de policarbonato ou PVC incolor 10x11 mm, colocado em todo perímetro do requadro de alumínio para que não haja contato do vidro com o perfil de alumínio e outro perfil medindo 44 x 44 mm para acabamento da face envidraçada. Painéis de vidro com placas de saque frontal individual, fixado por um sistema de presilha por pressão. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de saque frontal presilha macho em nylon 100% aparafusados nas placas e encaixados através de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8 mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superiores para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. Ao lado do marco da porta deverá possuir modulo técnico com encaixe por pressão em alumínio, para passagem de cabeamento e instalação de interruptores. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p>	M 2	250

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> </ul>		
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 378.735,00</b>
06	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória Porta com folha única</b> com 41 mm de espessura, modulado na dimensão de 900 mm de largura e altura de 2700 mm. Batente em perfil de alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com espessura entre 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, espessura de 46 mm máxima de topo, com canal para encaixe de dobradiças permitindo reversão do lado de abertura de porta, acabamento de topo em todo o perímetro em PVC rígido de encaixe sob pressão, folha de porta confeccionada com duas chapas de fibra de madeira de média densidade, revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 15 mm, prensada na chapa de MDF de 6 mm, com encabeçamento em 2 mm de espessura, em PVC do mesmo acabamento da porta. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superior para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. Ferragens com dobradiça invisível em alumínio anodizado, com sistema de anéis antirruído em nylon, encaixadas frontalmente ao batente. Fechadura com maçaneta 515 La fonte, com roseta 307 e fechadura (máquina) ST2 Evo-55 com acabamento AEE, e interruptor de 15 amperes bipolar ou similar. Ao lado do marco da porta deverá possuir modulo técnico com encaixe por pressão em alumínio, para passagem de cabeamento e instalação de interruptores.</p> <p>O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> <li>– Laudo de ensaio de acústica 36Db</li> </ul>	P o r t a s	60
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 298.254,40</b>
07	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>porta com requadro de alumínio vidro único</b> com 42 mm de espessura e altura até 2700 mm, modulado na dimensão de 900 mm largura e altura de 2700 mm. Batente em perfil de alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, espessura de 46 mm máxima de topo, com canal para encaixe de dobradiças invisível permitindo reversão do lado de abertura de porta, requadro de porta em alumínio medindo 55 mm de largura e 42 mm de espessura em liga de alumínio e tempera de 6063-T5 com três canais para encaixe de vidro na parte interna e compartimentos na parte externa tipo canaleta para acoplamento de dobradiças invisíveis. Os vidros incolores temperado ou laminado de 6 mm de espessura. Para fixação do vidro é utilizado um perfil de pvc 6 x 8,5 mm, em torno de toda sua extensão, fixado na canaleta da moldura. Ferragens com dobradiça em alumínio anodizado, com sistema de anéis antirruído em nylon e invisível, encaixadas frontalmente ao batente e fixada a ele sobre pressão ao requadro da porta. Fechadura com maçaneta 515 La fonte, com roseta 307 e fechadura (máquina) ST2 Evo-55 com acabamento AEE e interruptor de 15 amperes bipolar ou similar. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC</p>	M 2	40

	<p>rígido na cor preta ou cinza, possui abas superiores para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura parede de 1 mm de espessura. Ao lado do marco da porta deverá possuir modulo técnico com encaixe por pressão em alumínio, para passagem de cabeamento e instalação de interruptores. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> <li>– Laudo de ensaio de acústica 35Db</li> </ul>		
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 239.215,20</b>
08	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para <b>divisória 1/2 cego 1/2 vidro duplo com persiana até o teto</b>, com espessura de 75 mm a 100 mm com tolerância de 5% para maior ou para menor, modulados nas dimensões de 900 mm a 1200 mm e altura de 2700 mm. Painéis de fibra de média densidade revestido em ambas as faces com laminado melamínico de baixa pressão liso ou madeirado (cor a definir), espessura de 18 mm, bordas em fita de PVC de 2 mm de espessura no mesmo padrão do laminado colado a quente pelo sistema hot-melt, até altura de 1090mm. Distanciamento entre placas de 4 mm (horizontal e vertical). Painéis com placas de saque frontal individual fixado por um sistema de presilha por pressão. O Paineis em vidro duplo incolor laminado 3+3 mm de segurança, ou temperado 6 mm, requadrados por sistema composto por dois perfis de alumínio, um perfil de acabamento de medidas 60 x 44 mm e perfil de encaixe de vidro de medidas 43,5 x 44 mm cortados em suas extremidades em meia esquadria (45°) em máquinas de precisão, fechados por meio de cantoneira em peça de nylon de medidas 54,5 x 54,5 mm, além de perfil de policarbonato ou PVC incolor 10 x 11 mm. Terá espaçamento entre painéis para entrada da persiana de alumínio 16 mm com encabeçamento interno acionado através de um comando giratório fixado no montante vertical entre um módulo e outro. Seu perfil deve possuir rebaiço central, tendo a função do berço para acomodação das persianas. O saque de cada quadro será individual. A fixação dos painéis nos montantes é através de cliques de saque frontal presilha macho em nylon 100% aparafusados nas placas e encaixados através de presilha fêmea em nylon 100%. Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado. Montantes em alumínio extrudado com liga e tempera de 6063-T5 com dimensão de 60 mm x 35 mm de altura e parede de 2,0 mm de espessura, com regulagem de altura com pezinho metálico, deverá possuir três níveis para passagem horizontal, através de calha em chapa galvanizada 0,8 mm. O montante deverá possuir um perfil para vedação acústica encaixado sob pressão. E guia de piso, teto e conectores de parede em aço galvanizado revestido com borracha de PVC rígido na cor preta ou cinza, possui abas superiores para vedação acústica. Secção em “U” com dimensões de 60 mm de largura e 65 mm de altura, parede de 1 mm de espessura. O licitante deverá apresentar certificado de conformidade com a NBR 15141:2008, emitido pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Exigência de certificado da ABNT NBR 15141:2008 (com ensaios nas normas exigidas pela ABNT de Impacto; corrosão salina; reutilização, resistência ao fogo e acústica)</li> <li>– Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT</li> </ul>	M 2	100
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 192.194,00</b>
09	<p>Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para Lã de Rocha, fornecimento de Painéis para tratamento termo acústico em lã de rocha com resinas especiais 32 kg/m³ x 25 mm ensacada inserida entre vão interno, apresentam baixa condutividade térmica, conservando energia e garantindo conforto termoacústico.</p>	M 2	40
<b>VALOR ESTIMADO</b>			<b>R\$ 23.908,80</b>
10	Serviços de Remanejamento de desmontagem, montagem incluindo cortes de placas e de vidros	M 2	600

VALOR ESTIMADO			RS 171.536,00
11	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para Rodapé Eletificado, Estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado, nas mesmas características das divisórias com calhas de teto de 50 mm e de piso com 40 mm com capa de alumínio liga 6063 ts e peso de 0,468 kg/ml sobreposto a calha de piso por sistema ancoragem formando 100 mm e com os montantes verticais com 3 furos de 1" para passagem de condutores de cabos, lógica e elétrica. Este sistema pode ser aplicado em uma ou nas duas faces da divisória.	M 2	50
VALOR ESTIMADO			RS 10.810,00
12	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória cega a ser instalada em escritório, com painéis inteiros do piso ao teto, altura total (pé direito) de 2.500mm e modulados nas dimensões de 890 mm a 1300 mm (largura), com tolerância de 20% para maior ou para menor. Espessura mínima de 35 mm, com montantes e rodapés duplos em alumínio anodizado natural ou alumínio escovado, ref. Eucatex, linha Novitá ou equivalente técnico. O licitante deverá apresentar Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT. Cor a definir.	M 2	200
VALOR ESTIMADO			RS 42.572,00
13	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória mista a ser instalada em escritório, com 1/5 em painel cego (cor a definir) e 4/5 em vidro, altura total (pé direito) de 2.500mm e modulados nas dimensões de 890 mm a 1300 mm (largura), com tolerância de 20% para maior ou para menor. Espessura mínima de 35 mm, com montantes e rodapés duplos em alumínio anodizado natural ou alumínio escovado, ref. Eucatex, linha Novitá ou equivalente técnico. Painéis em vidro incolor de 6 mm de espessura, laminado de segurança (3 mm+PVB+3 mm). O licitante deverá apresentar Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT. Cor a definir.	M 2	75
VALOR ESTIMADO			RS 47.036,00
14	Serviço de confecção e instalação com fornecimento de material para divisória porta com folha única, modulada nas dimensões mínimas de 800 mm de largura e 2100 mm de altura, com espessura mínima de 35 mm, estrutura em sua totalidade em alumínio anodizado ou alumínio escovado, ref. Eucatex, linha Novitá ou equivalente técnico. O licitante deverá apresentar Selo FSC e Rótulo Ecológico ABNT. Cor a definir.	U N	8,00
VALOR ESTIMADO			RS 8.834,99
15	Fornecimento de painéis para tratamento termoacústico das divisórias em lã de rocha com resinas especiais 32 kg/m³ x 25 mm ensacadas.	M 2	20
VALOR ESTIMADO			RS 4.111,47
16	<b>Cortina Rolô Q50 Tela Solar Vita-Screen 3 cor Nickel cód. VTS-2- fator de abertura 3% - Acabamento Standard Acionamento através de Corrente metálica</b> Sistema tipo Roller, com tubo em liga de Alumínio Extrudado 6063 T6A2, diâmetro externo de 50 mm. Dispositivo de acionamento em plástico injetado na cor cinza mantendo a cor coordenada com o produto, medindo 65 mm x 79 mm, com relação de acionamento mínima de 1:1, 75 que proporciona redução da força mecânica em até 60%, sendo necessária uma força de 2 kg para acioná-la. Com trava retrátil de segurança junto ao suporte de fixação, impedindo o desencaixe mesmo com movimentos abruptos. Ponteira retrátil com trava de segurança ajustável por rosca, impedindo o desencaixe mesmo com movimentos abruptos. Suporte de fixação em aço galvanizado pintado na cor cinza medindo 50 mm x 80 mm x 31 mm que permite o encaixe do dispositivo de acionamento em 8 diferentes posições, de 45° em 45°, permitindo adequar sua posição conforme o local de instalação de forma a melhorar a ergonomia no manuseio da cortina, acabamento com tampas em plástico injetado na cor cinza.. Trilho inferior em formato retangular com 30 mm em liga de Alumínio Extrudado 6063 T6A2, com pintura eletrostática na cor alumínio com canal para fixação do	M 2	450

	<p>inserte plástico soldado no final do tecido e tampas laterais em plástico injetado na cor cinza (coordenada com o produto).</p> <p><b>Tecido Tela Solar Vita-Screen 3 cor Nickel cód. VTS-262 - fator de abertura 3%</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Composição: 64% PVC e 36% de Fibra de Vidro, cor branca lado externo-voltado para a fachada e cinza claro lado interno (ambiente).</b></li> </ul> <p>Tecido Tela Solar com duas cores de fios branco e cinza claro, trama de três fios e desenho em diagonal - fator de abertura 3%</p> <p>Esta combinação de duas cores permite que a tela seja branca no lado voltado para a fachada, e internamente na cor cinza claro, proporcionando maior reflexão de luz e melhor conforto térmico no ambiente, e na cor cinza do lado interno, voltado para o ambiente, facilitando uma visão melhor do exterior, reduzindo o ofuscamento ou desconforto visual. Este design de combinação de cores, com maior quantidade de fios no tecido (1 urdume / 2 tramas) do que as telas convencionais e trama em diagonal maximizam os benefícios de um tecido de tela, oferecendo maior proteção solar e conforto visual, com maior difusão de luz internamente.</p> <p>Composição: de 36% Fibra de Vidro e 64% PVC que não propagam chama, garantem a estabilidade dimensional (não estica, encolhe ou deforma e não é afetada por extremas mudanças de temperatura). Estas características garantem a homogeneidade do tecido mesmo após vários anos de uso. Os fios em fibra de vidro são fabricados de minerais naturais (quartzo, areia, soda, cal) que são atóxicos e não promovem o desenvolvimento de bactérias. O fator de abertura de 3% que permitem visibilidade do exterior e privacidade ao ambiente ao mesmo tempo, proporcionam conforto visual e térmico (alta performance na reflexão solar, alta capacidade de absorção solar e baixa transmissão solar para o ambiente) o resultado da combinação destas propriedades contribuem para a redução dos investimentos de ar condicionado e energia elétrica.</p> <p>Não Propaga Chamas:</p> <p>A Tela Solar Luxaflex em fibra de vidro não propaga chamas em função de sua composição.</p> <p>Largura da Tela Solar: 250 cm</p> <p>Espessura da Tela Solar T-Screen: 0,64 mm (+ ou - 5%)</p> <p>Peso: 395 g/m<sup>2</sup> (+ ou - 5%)</p> <p>Quantidade de fios: urdume/66 - trama/38 (por polegada)</p> <p>Resistência à ruptura: urdume &gt; 290 - trama &gt; 280 (lbs)</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Coefficiente de Sombreamento: Frente 0.46 Verso 0.40</b> É o coeficiente que indica o quanto a tela solar em conjunto com o vidro da janela é eficiente na absorção da radiação solar. Quanto mais próximo de zero, melhor o conforto térmico.</li> <li>• <b>Transmissão Solar: Frente 14% Verso 14%</b> Percentual que indica a quantidade de radiação solar que passa pela tela, responsável pela sensação de calor no ambiente. Quanto maior a TS, maior a radiação solar transmitida ao ambiente. Fator que é variável segundo a composição, fator de abertura e cor da tela.</li> <li>• <b>Absorção Solar: Frente 41% Verso 31%</b> Percentual que indica a quantidade de radiação solar que a tela absorve, retendo o calor. Quanto maior o índice, maior a absorção do calor na própria tela. Fator variável segundo a composição, fator de abertura e cor da tela.</li> <li>• <b>Transmissão Visual: Frente 14% Verso 14%</b> É medido pela quantidade de luz que passa pela tela. Quanto menor o índice,</li> </ul>	
--	---	--

	<p>menos luz entra no ambiente e maior o conforto visual. Fator variável segundo a cor e o fator de abertura da tela.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li> <b>Reflexão Solar: Frente 45% Verso 55%</b>            Percentual que indica a quantidade de radiação solar que a tela reflete. Quanto maior o índice, maior a reflexão, portanto menor radiação solar transmitida ao ambiente. Fator variável segundo a composição, fator de abertura e cor da tela.         </li> <li> <b>Fator de abertura: 3%</b>            Índice que indica o percentual de área não coberto com tela. Quanto menor o fator de abertura, maior o conforto térmico e visual.         </li> <li> <b>Bloqueio de Raios UV: Entre 97%</b>            Percentual que indica a quantidade de raios ultravioletas que a tela bloqueia. Quanto maior o índice, melhor o bloqueio, evitando danificar ou queimar o mobiliário.         </li> </ul> <p><b>Certificados de Garantia testados através de laboratórios terceirizados e reconhecidos</b></p> <p><b>Resistência a fungos e bactérias:</b> ASTM E2180 and ASTM G21  <b>Benefícios ambientais:</b> RoHS – livre de chumbo</p> <p><b>Garantia de produto não atóxico</b>            Certificado Oeko-Tex: Testada de acordo com o padrão Oekotex Standard 100, esta certificação avalia os produtos acabados e as suas substâncias nocivas, pois avalia todos os produtos utilizados no processo de fabricação. Eles coletam informações sobre todos os produtos químicos usados para fazer o fio, testando o fio revestido e produto acabado. Eles têm padrões de um número significativo de produtos químicos e teste para cada um destes. Eles testam também para as emissões. Oeko-Tex faz alguns testes aleatórios, mas não é tão diligente e regular como a de GREENGUARD. Se quiser ver tudo o que é testado, anexamos o link do site para mais informações. Os nossos produtos dividem-se em classe IV.  <a href="http://www.oeko-tex.com/OekoTex100_PUBLIC/index.asp">http://www.oeko-tex.com/OekoTex100_PUBLIC/index.asp</a></p> <p>Certificação GREENGUARD: Para obter a certificação GREENGUARD, um produto deve ser submetido a testes de emissões completo supervisionado pelo Instituto Ambiental GREENGUARD em Marietta, GA. GEI é uma indústria independente, sem fins lucrativos, que certifica uma vasta gama de produtos e materiais de construção e define padrões mundiais para níveis seguros de emissões. GREENGUARD aceita somente produtos com emissões químicas que atendam as orientações QAI poluentes. GREENGUARD testa o produto acabado e faz checagens trimestrais para garantir que os produtos ainda estão dentro da conformidade, estas orientações são as seguintes:</p>	
--	--	--

GREENGUARD	
Emission Types	Measure
Individual VOCs	< 01. TLV
Formaldehyde	< 0.05 ppm (< 0.06 mg/m³)
Styrene	< 0.07 mg/m³
Total VOCs	< 0.5 mg/m³
Total Aldehydes	< 0.1 ppm

#### Garantia de Resistência ao Fogo

Atendem a norma: NFPA 701-99 Edição de 2004

Método de ensaio: o material foi testado de acordo com a National Fire Protection Association método NFPA 701, métodos padrão de testes de fogo para têxteis resistentes ao fogo e filmes, edição de 2004, método de ensaio 1.

Resultado do teste do material testado satisfaz os requisitos da NFPA 701-99, Test 1.

#### Acionamento Corrente metálica

Acionamento manual através de corrente contínua com esferas metálicas em aço inox.

#### Dimensões máximas

Largura máxima: 270 cm

Altura máxima: 400 cm

Área máxima: 9,5 m²

#### Frestas laterais

Lado do comando: 24 mm

Lado Ponteira: 17 mm

#### Enrolamento

Padrão – o tecido é recolhido por trás

Invertido – o tecido é recolhido pela frente

#### Manutenção

Deverá ser realizada semanalmente de forma preventiva. Com o tecido da cortina totalmente abaixado, passar um espanador, pano suave, seco ou umedecido (apenas com água), ou aspirador de pó com bocal escova.

#### Garantia de Cinco (5) anos

Cinco (5) anos de garantia a partir da data da instalação em caso de material defeituoso, vício oculto, erro de fabricação ou defeito nos componentes eletrônicos. Não cobre danos resultantes de acidentes, uso abusivo, mau uso ou desgaste natural, além de danos decorrentes de exposição a ambientes que ocasionem a corrosão dos componentes da cortina.

**VALOR ESTIMADO**

**R\$ 215.370,00**

**VALOR TOTAL**

**R\$ 3.165.850,65**

## **7.0 METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.**

7.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

7.1 eficiência nas rotinas de execução dos serviços;

7.2 pontualidade e presteza no atendimento às solicitações demandadas pelo Órgãos.

7.3 solução de contratempos que venham a ocorrer.

## **8.0 MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

8.1 Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários

## **9.0 DA VISTORIA**

9.1 Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 09:00 horas às 17:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (71) 3254-5129, podendo sua realização ser comprovada por:

- a) Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto ou que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejam avenças técnicas ou financeiras com este (órgão ou entidade), na forma do Anexo VI deste Edital.

9.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

9.2 Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado.

## **10. DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1 Os serviços do presente Edital serão executados nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, conforme abaixo discriminado:

**Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302**

**– Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador**

**– Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador**

**– Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador**

**– Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador**

**– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana**

**– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Câmara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/BA;**

**– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;**

**Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista;**

10.2 O prazo de entrega e instalação das divisórias, objeto do presente Edital, será no máximo **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados da data da assinatura do instrumento contratual a ser firmado, observando à imperfeição dos materiais e quantidades, conforme especificações técnicas do objeto – havendo necessidade de extensão do prazo, deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia.

10.3 A empresa contratada deverá comunicar – por escrito – com, no mínimo, **05 (cinco) dias úteis** de antecedência, o cronograma dos serviços. O cronograma deverá constar a data da entrega do material e a data da efetiva prestação do serviço. Tal medida visa proporcionar à unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados tempo para adaptar o ambiente a ser alterado, como por exemplo,

suspensão de atendimento ou desocupação da área atingida pelo serviço. A Empresa Contratada deverá, obrigatoriamente, proceder a entrega do material e o serviço, imediatamente. Não sendo possível, a Contratada deverá justificar, na ocasião do enviado do cronograma.

10.4 Uma vez iniciada a instalação ou desinstalação do material, não será aceita qualquer tipo de descontinuidade do serviço. Havendo necessidade de suspensão da prestação do serviço, a empresa deverá reportar imediatamente ao fiscal do contrato, justificando tal medida. A suspensão somente será efetivada após aprovação do fiscal.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

11.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

11.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

11.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, em conformidade com o item 6, ANEXO XI, da IN nº 05/2017.

11.6 A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

## **12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

12.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

12.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

12.5 Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso;

12.6 Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

12.7 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

12.8 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.9 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

12.11 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

12.12 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

12.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.15 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização do objeto da licitação.

12.15.1 Para a realização do objeto da licitação, a Contratada deverá entregar declaração de que instalará escritório nos municípios ou regiões metropolitanas abaixo discriminados, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados a partir da vigência do contrato, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da Contratante, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;

### **13. DA SUBCONTRATAÇÃO**

13.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

### **14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/por outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

### **15. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

15.2 O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

15.3 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

15.4 A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 47 e no ANEXO V, item 2.6, i, ambos da IN nº 05/2017.

15.5 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo V-B da IN 05/2017, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.6 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

15.7 Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

15.8 O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

15.10 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

15.11 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

15.12 O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

15.13 O fiscal técnico, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.14 A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada acompanhado do documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

15.15 O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.16 O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.17 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## **116.. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

16.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser elaborado relatório circunstanciado, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

16.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16.3. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.3.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato apurará o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato (item 4 do ANEXO VIII-A da IN nº 05/2017).

16.4. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo gestor do contrato.

16.4.1. O gestor do contrato analisará os relatórios e toda documentação apresentada pela fiscalização técnica e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicará as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

16.4.2. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

16.5 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

17.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

17.1.1 ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.2 falhar ou fraudar na execução do contrato;

17.1.3 comportar-se de modo inidôneo; e

17.1.4 cometer fraude fiscal.

17.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

17.2.1 Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

17.2.2 Multa de:

17.2.2.10,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

17.2.2.20,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

17.2.2.30,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

17.2.2.4 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

Nota explicativa: Os patamares estabelecidos nos itens 17.2.2.1 a 17.2.2.4 poderão ser alterados a critério da autoridade.

---

17.2.2.5 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

17.1.2.6 As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

17.2.2 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

17.2.3 Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

17.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

17.3 As sanções previstas nos subitens 18.2.1, 18.2.3, 18.2.4 e 18.2.5 poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhado de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

17.4 Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

17.5 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

17.5.1 tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

17.5.2 tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

17.5.3 demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

Encaminhe-se a apreciação e aprovação do Senhor Superintendente de Administração, o presente Termo de Referenda, em atendimento as determinações contidas no Inciso II do Artigo 9º do Decreto nº. 5450/05.

Maria Lúcia Vilas Boas de Souza  
Chefe do Serviço de Suprimentos/SAMF/DRL/SISUP/BA.

Aprovo o presente Termo de Referenda de acordo com as determinações contidas no Inciso II do Artigo 9º do Decreto nº. 5.450 de 31/05/05, cujo objeto é a contratação de serviços de reserva, emissão, marcação, remarcação e fornecimento de passagens para suprir necessidade de deslocamentos de autoridades, servidores e colaboradores no interesse da Superintendência de Administração na Bahia e órgãos jurisdicionados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Etevaldo Inácio Oliveira Carneiro  
Superintendente de Administração/SAMF/BA



## **SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA**

### **ANEXO II**

### **MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2018**

A Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, com sede na Avenida Frederico Pontes, s/n Comércio na Cidade de Salvador/Ba inscrita no CNPJ nº 00.394.460/0006-56, neste ato representado pelo Sr. RAILTON LOPES DOS SANTOS nomeado pela Portaria nº 39, publicada em 15/02/2017, matrícula nº 2129793, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº xx/2018, publicada no xxxxx de xxxx/xxx/20xxx, processo administrativo nº xxxx RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

#### **1.0 DO OBJETO**

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de confecção de divisórias, elaboração de projeto, fornecimento, instalação, montagem, desmontagem e manutenção de divisórias, incluindo todo material necessário à execução dos serviços nas dependências da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia e Órgãos Jurisdicionados, de acordo com as especificações descritas neste Edital e seus Anexos, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo II do edital de *Pregão* nº xx/20xx, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

## **2.0 DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.2 O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2.1 Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculativo obrigacional com características de compromisso para futura contratação, terá validade de 12 (doze) meses, a contar da data de sua homologação.

**Parágrafo Primeiro** – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços a CONTRATANTE não estará obrigada a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao FORNECEDOR REGISTRADO, sendo, entretanto, assegurada aos beneficiários do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**Parágrafo Segundo** – A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o FORNECEDOR REGISTRADO assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

**Parágrafo Terceiro** – A contratação decorrente desta Ata será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e competente Autorização de Material, a qual deverá ser assinada e retirada pelo Fornecedor no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da comunicação da CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Mediante a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Material, estará caracterizado o compromisso de entrega do material e confecção dos demais serviços.

**Parágrafo Quinto** – A existência de preços registrados não obriga a SAMF/BA a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica para a contratação pretendida, assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS**

Os preços, expressos em Real (R\$) xxxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx), serão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado a partir da assinatura da presente Ata de Registro de Preços.

### **CLÁUSULA QUARTA – DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – O preço registrado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados.

**Parágrafo Segundo** – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a CONTRATANTE convocará o FORNECEDOR visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

**Parágrafo Terceiro** – Frustrada a negociação, o FORNECEDOR será liberado do compromisso assumido.

**Parágrafo Quarto** – Na hipótese do parágrafo anterior, a CONTRATANTE convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**Parágrafo Quinto** – Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o FORNECEDOR, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CONTRATANTE poderá:

I – Liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento;

**II – Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.**

**Parágrafo Sexto** – Não havendo êxito nas negociações, a CONTRATANTE procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLAÚSULA QUINTA – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

Os bens móveis deverão ser entregues nos locais preestabelecidos pela Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia, conforme o item 6 do Termo de Referência, no prazo máximo de **45 (quarenta e cinco)** dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço/Nota de Empenho e/ou Ofício nos locais abaixo discriminados:

**– Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302-Salvador/Ba;**

**– Superintendência do Patrimônio da União – Rua da Polônia Edf. Orlando Gomes Bairro Comércio – CEP: 40.015-150 – Salvador/Ba;**

**– Controladoria Geral da União – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015-302 – Salvador/Ba;**

– Escola de Administração Fazendária Salvador – Avenida Jequitaia s/n – Bairro: Comércio – Edifício-Sede do Ministério da Fazenda. CEP: 40.015.302 – Salvador/Ba;

– Procuradoria da Fazenda Nacional em Salvador – Avenida Araújo Pinho nº 91 – Bairro: Canela – CEP: 40.110-150 - Salvador/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Feira de Santana – Avenida Getúlio Vargas nº 2440 – CEP: 44.076-636 – Feira de Santana/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Ilhéus na Bahia – Rua General Câmara nº 53 – CEP: 45.653-220 – Ilhéus/Ba;

– Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Barreiras/BA – Rua Alberto Coimbra nº 475 – CEP: 47.083-240 – Barreiras/Ba;

Procuradoria Seccional da Fazenda Nacional em Vitória da Conquista na Bahia – Rua Pastor Arthur de Souza Freire nº 750 Quadra E – CEP: 45.028-738 – Vitória da Conquista/Ba;

**Parágrafo Único** – O pedido de extensão do prazo de entrega deverá ser justificado pela empresa fornecedora e aceito pela SAMF/BA.

## **CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO**

O recebimento dos materiais ficará a cargo da DRL/SAMF/BA, e quando necessário, pela Comissão de Recebimento de Materiais, designada nos termos do art. 67, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Primeiro** – Os responsáveis pelos setores Administrativos na Unidade da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados serão previamente designados para o recebimento, acompanhamento e conferência dos materiais a serem entregues.

**Parágrafo Segundo** – A aceitação/aprovação final dos materiais recebidos estará condicionada a exame qualitativo a ser realizado por servidor público previamente designado e/ou Comissão de Recebimento, que efetuarão o recebimento provisoriamente e definitivamente, nos termos da alínea “a” e “b” do art. 73, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

**Parágrafo Terceiro** – O(s) material(ais) serão recebidos da seguinte forma:

**1. Provisoriamente**, até 10 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Autorização de Fornecimento do(s) material(ais) emitida pela SAMF/BA, prazo este em que a Contratada deverá entregar o material, bem como será aferido, por servidor e/ou comissão de recebimento, a conformidade destes com as especificações constantes na proposta da Contratada, referente à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, especificações mínimas constantes do Edital e seus anexos, bem como da Nota de Empenho.

1.1. Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento provisório.

**2. Definitivamente**, depois de aferido o cumprimento integral, pela Contratada, das exigências constantes do Edital e anexos, e em especial quanto à marca, modelo, quantidades, locais de entrega, e obediência às especificações técnicas mínimas constantes do Item 6.0, do Termo de Referência, bem como da proposta da Contratada e da Nota Empenho.

Não havendo nenhuma inconsistência, será dado o ateste de recebimento definitivo e no prazo de até 10 (dez) dias corridos, o ATESTO da Nota Fiscal/Fatura, com vistas à liquidação e pagamento.

**Parágrafo Quarto** – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil e penal da adjudicatária;

**Parágrafo Quinto** – Caso, após o recebimento provisório, constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com as especificações mínimas exigidas pelo Edital e seus anexos e com a proposta da Contratada, a empresa será

notificada por ofício ficando interrompidos os prazos para o recebimento e o pagamento ficará suspenso até que a falha seja sanada.

**Parágrafo Sexto** – Em caso de equipamento/material em desconformidade com o especificado ou com defeito, estes deverão ser substituídos, a expensas da Contratada, no prazo de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da assinatura do Termo de Recusa do Material.

## **CLÁUSULA SETIMA – DO PAGAMENTO**

O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal/Fatura que deverá ser atestada por servidor designado, devendo ser respeitado o prazo de **5 (cinco) dias**, conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da Lei nº 8.666/93, seguindo as etapas descritas no presente Termo de Referência;

O Contrato a ser firmado não terá valor fixo mensal. Somente terá despesa se houver emissão de ordem de serviço;

**Parágrafo Primeiro** – A SAMF/BA reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os produtos fornecidos não estiverem em perfeitas condições de consumo ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

**Parágrafo Segundo** – A SAMF/BA poderá deduzir da importância a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela empresa, nos termos desta contratação.

**Parágrafo Terceiro** – O prazo de pagamento dos serviços será contado a partir da data da liquidação da Unidade.

**Parágrafo Quarto** – Para execução do pagamento, o contratado deverá fazer constar da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, em letra legível, se o caso, em nome da SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA – SAMF/BA, CNPJ sob o nº **xxxxxxxxxx**, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência.

**Parágrafo Quinto** – Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto a Nota Fiscal/Fatura, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

**Parágrafo Sexto** – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o documento fiscal será devolvido ao contratado e o pagamento ficará pendente até que tenham sido adotadas as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus a SAMF/BA.

**Parágrafo Sétimo** – O pagamento somente será efetuado se cumpridas, pelo contratado, todas as condições estabelecidas neste Edital, e também com a efetiva prestação dos serviços.

**Parágrafo Oitavo** – É vedada a emissão e/ou circulação de efeitos de créditos para representação do preço mensal bem assim a cessão total ou parcial dos direitos creditórios dele decorrentes. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX/100)$$

365

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

**Parágrafo Nono** – Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

## **CLÁUSULA OITAVA – RESPONSABILIDADES DA EMPRESA REGISTRADA**

1. Deverá realizar minuciosa vistoria nos locais onde serão executados os serviços, em conformidade a cada solicitação, a fim de que tenha conhecimento pleno das condições ambientais e técnicas exigidas, e providenciar um projeto executivo para sua plena realização;
2. Fornece e instalar os materiais nas condições estipuladas no Termo de Referência (Anexo I);
3. Constatada qualquer irregularidade no material, bem como na instalação, deverá ser providenciada a substituição no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da data da solicitação, a qual estará sujeita às despesas decorrentes de devolução e nova entrega/instalação;
4. Caberá à empresa contratada a designação formal de um preposto para representá-la administrativamente junto à SAMF/BA, durante o período de execução dos serviços, para exercer a supervisão e controle quanto ao cumprimento dos mesmos;

- 5.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das prescrições referentes às leis trabalhistas, e previdência social e de segurança do trabalho, em relação a seus empregados;
- 6.** Fornecer os materiais em conformidade e condições estipuladas neste Termo de Referência.
- 7.** Possibilitar à SAMF/BA, em qualquer etapa, o acompanhamento completo dos serviços, fornecendo todas as informações necessárias e/ou resposta a sua qualquer solicitação;
- 8.** Quando se fizer necessário à mudança nas especificações dos materiais ou substituição de algum material por seu equivalente por iniciativa da empresa fornecedora, esta deverá apresentar solicitação por escrito à SAMF/BA minuciosamente justificada. Entende-se por equivalente, material ou equipamento que tem a função e o mesmo desempenho técnico. As solicitações deverão ser feitas em tempo hábil para que não venham a prejudicar o andamento dos serviços, como também, para não dar causa a possíveis prorrogações de prazo. À fiscalização compete decidir a respeito da substituição;
- 9.** Comunicar, por escrito, eventual atraso, anormalidade de carácter urgente prestando os esclarecimentos julgados necessários e ainda informar a paralisação dos serviços, apresentando razões justificadoras a serem apreciadas pela SAMF/BA;
- 10.** Manter sigilo, sob pena de responsabilidade, sobre todo e qualquer assunto de interesse da SAMF/BA, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços, objeto do Edital, devendo orientar seus empregados nesse sentido;
- 11.** Substituir, sempre que exigida pela SAMF/BA e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou satisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público;

**12.** Manter seus empregados, quando em trabalho, devidamente identificados por uniformes e crachás da empresa, e sujeitos às normas disciplinares da SAMF/BA e de segurança do trabalho;

**13.** Todas as despesas relativas à execução dos serviços, materiais, mão de obra, equipamentos e ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas e etc., correrão por conta da contratada;

**14.** Os horários de execução dos serviços ficarão a exclusivo critério da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, assim como a ordem e forma de execução que deverão obedecer aos critérios estabelecidos, de modo a não interferirem no andamento dos trabalhos da SAMF/BA e Órgãos

Jurisdicionados podendo ser determinado que os mesmos sejam executados no período noturno, aos sábados, domingos e/ou feriados;

**15.** Responder pelos danos causados diretamente à MF/BA e Órgãos Jurisdicionados ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, reparando às suas custas, quando da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela SAMF/BA;

**16.** Executar os serviços programados no projeto de execução, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da SAMF/BA. Os serviços somente serão considerados executados após o término de todas as etapas, a reconstituição das partes danificadas, se for o caso, bem como a completa limpeza das áreas afetadas;

**17.** Atender às recomendações dos fabricantes, obedecer às normas regulamentares expedidas pelos órgãos competentes e as normas da ABNT atinentes aos assuntos;

**18.** A empresa fornecedora deverá executar o serviço seguindo rigorosamente projeto (layout) apresentado pela SAMF/BA, sendo obrigação da empresa contratada notificação quanto às eventuais incorreções;

**19.** Emitir orçamento prévio para cada ordem de serviço recebida, e somente poderá iniciar a execução dos serviços após a aprovação do orçamento pela SAMF/BA;

**20.** A SAMF/BA solicitará os serviços por meio de Ordens de Serviços emitidas à empresa contratada, as quais somente serão liberadas para faturamento após a entrega e aceitação dos mesmos, isto é, concernentes às especificações estabelecidas e qualidade dos materiais empregados, não se admitindo pagamento antecipado, mas somente dos serviços efetivamente executados; e

**21.** A empresa fornecedora dos materiais deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais provenientes da execução dos serviços.

**22.** A empresa deverá prestar serviços na SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados

**23.** A empresa deverá prestar serviços nas unidades elencadas no Anexo II, deste Termo, bem como nas novas unidades que, porventura, venham a serem criadas no transcorrer do contrato.

**24.** A Licitante vencedora deverá apresentar junto com a proposta de preços ajustadas os documentos relacionados abaixo:

**24.1.** Declarações de isenção de Licença Ambiental de funcionamento do empreendimento expedido pelo órgão competente da sede da licitante; ou

**24.2.** Licença Ambiental de funcionamento de empreendimento expedido pelo órgão competente de sede da licitante, com prazo de validade vigente na data de abertura da licitação;

## **CLÁUSULA NONA – RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE**

**1.** Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa executar seus serviços dentro das normas e condições estabelecidas neste Edital, inclusive permitindo que os funcionários desta tenham acesso às dependências da SAMF/BA e Órgãos Jurisdicionados, observadas as normas de segurança existentes;

2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados da empresa contratada;
3. Cabe à SAMF/BA a exigência do uso dos equipamentos de proteção individuais necessários pelos empregados da empresa contratada, sob pena de determinar a paralisação imediata dos serviços;
4. Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados;
5. Notificar, por escrito, a empresa fornecedora dos materiais ocorrências de eventuais anormalidades nos serviços executados, em consonância com o prazo estipulado de entrega para a sua regularização; e
6. Aplicar as penalidades previstas para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais pela empresa fornecedora dos materiais

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**

As quantidades inicialmente contratadas não poderão ser acrescidas ou suprimidas, conforme estabelece o art. 12 §1º, do Decreto nº 7.892/2013.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES**

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto Nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado, que:

- I – Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- II – Apresentar documentação falsa;
- III – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- IV – Não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

**V –** Comportar-se de modo inidôneo;

**VI –** Cometer fraude fiscal;

**VII –** Fizer declaração falsa;

**VIII –** Ensejar o retardamento da execução do certame.

**Parágrafo Primeiro** – A licitante/Adjudicatária/Fornecedor registrado que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**I –** Multa de até 15% (quinze por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

**II –** Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

**III –** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

**Parágrafo Segundo** – Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a Contratada que:

**I –** Inexecutar total ou parcialmente o contrato;

**II –** Apresentar documentação falsa;

**III –** Comportar-se de modo inidôneo;

**IV –** Cometer fraude fiscal;

**V –** Descumprir qualquer dos deveres elencados no Edital, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato.

**Parágrafo Terceiro** – A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

**I** – Advertência, que será aplicada através de notificação por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da Contratada estabelecendo o prazo de **05** (cinco) dias úteis para que a Contratada apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da administração;

**II** – Multa:

a. de **0,1%** (zero vírgula um por cento) por dia de atraso e por descumprimento das obrigações estabelecidas neste Contrato, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a partir da comunicação oficial;

b. de até **10%** (dez por cento) sobre o valor do material não entregue, no caso de inexecução total ou parcial do objeto Contratado, recolhida no prazo de **15** (quinze) dias corridos, contado da comunicação oficial, sem embargo de indenização pelos prejuízos porventura causados ao Contratante pela não execução parcial ou total do Contrato;

**III** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com a SAMF/BA, pelo prazo de até dois anos;

**IV** – Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

**V** – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos causados;

**VI** – A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções. **Parágrafo Quarto** – Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Quinto** – A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

**Parágrafo Sexto** – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**Parágrafo Sétimo** – As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**Parágrafo Oitavo** – Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada por Aviso de Recebimento.

**Parágrafo Nono** – A falha na execução do contrato prevista no inciso I do Parágrafo Segundo desta cláusula estará configurada quando a CONTRATADA se enquadrar

em, pelo menos, uma das situações previstas na tabela 3 do item 21.6 do Termo de Referência, respeitada a graduação de infrações conforme tabela 1 a seguir:

GRAU DE INFRAÇÃO	QUANTIDADES DE INFRAÇÕES COMETIDAS DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL
1	7 ou mais
2	6 ou mais
3	5 ou mais
4	4 ou mais
5	3 ou mais
6	2 ou mais

**Parágrafo Décimo** – As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**Parágrafo Décimo Primeiro** – As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS USUÁRIOS PARTICIPANTES EXTRAORDINÁRIOS**

É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

**Parágrafo Único** – É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão à ata de registro de preços da Administração Pública Federal.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I – Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II – Não retirar a respectiva nota de empenho e Autorização de Material, no prazo estabelecido pelo CONTRATANTE, sem justificativa aceitável;

III – Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV – Tiver presentes razões de interesse público.

**Parágrafo Primeiro** – O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda na Bahia ou a ela provisionados, no exercício de 2018, os quais serão discriminados na respectiva Nota de Empenho.

**Parágrafo Único** – No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA-DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Integram esta Ata de Registro de Preços, o Edital do Pregão Eletrônico nº XX/2018**, o Termo de Referência, bem como a proposta da empresa vencedora do certame.

**Parágrafo Primeiro** – Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes na Lei nº 8.666, de 21.06.1993, no Decreto nº 7.892, de 23.01.2013, na Lei nº 10.520, de 17.07.2002, no Decreto nº 3.555, de 08.08.2000 e no Decreto nº 5.450, de 31.05.2005, com suas alterações.

**Parágrafo Segundo** – A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Contratante.

**Parágrafo Terceiro** – As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no foro da cidade de Salvador/BA, Seção Judiciária de Salvador, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

---

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Chefe da DRL/SAMF/BA

---

XXXXXXXXXXXXXXXXX

Sócio Diretor – CI 100.8765396

TETEMUNHAS:

1. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

RG:

2. \_\_\_\_\_

Nome:

CPF:

RG:



**SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA**

**ANEXO III**

**MODELO – TERMO DE VISTORIA**

Declaro, para os fins de participação da empresa \_\_\_\_\_ no Pregão eletrônico nº XX/2018, que, como representante da referida empresa, compareci às instalações do imóvel descrito no Anexo I do Edital, local onde serão realizados os Serviços, objeto do citado Pregão, nesta data, vistoriando as instalações e observando todas as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação.

Salvador – BA, \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_



## ANEXO IV

### SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NA BAHIA

#### DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa \_\_\_\_\_,  
inscrita no CNPJ (MF) no \_\_\_\_\_, inscrição estadual no  
\_\_\_\_\_, estabelecida em \_\_\_\_\_, possui os  
seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a administração pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência Contrato	Valor total do contrato
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos R\$ \_\_\_\_\_

Local e data

\_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm contratos vigentes.